

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AOS CUIDADOS PALIATIVOS

Roseli Barbosa Nunes ; Pablo de Jesus Oliveira
Instituição Anísio Teixeira; Universidade Estadual de Roraima (UERR)
roseli.nunes@ebserh.gov.br

RESUMO

Introdução: Os cuidados paliativos são essenciais para a promoção da qualidade de vida de pacientes que enfrentam doenças graves e avançadas, bem como para o suporte a seus familiares. **Objetivo:** Analisar as políticas públicas existentes sobre o acesso a cuidados paliativos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com enfoque qualitativo, nas bases de dados SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os critérios de inclusão para a seleção dos estudos foram: publicações entre 2019 e 2024, acesso completo e gratuito, artigos disponíveis em português, estudos que abordassem políticas públicas e cuidados paliativos. Foram identificados 48 artigos, dos quais 20 foram selecionados após a análise de relevância e adequação ao tema. As informações foram extraídas e organizadas nas referências, tendo o cuidado de citar cada autor em conformidade as normas ABNT. **Resultados e Discussão:** Os cuidados paliativos é ainda um desafio global, com poucos países implementando políticas robustas para assegurar a sua disponibilidade em sistemas de saúde públicos. Nos países onde essas políticas existem, há evidências de melhora significativa na qualidade de vida dos pacientes, diminuição do sofrimento e redução de internações hospitalares desnecessárias. No entanto, a falta de financiamento, de profissionais capacitados e de integração dos cuidados paliativos aos sistemas de saúde são apontados como barreiras recorrentes. **Considerações Finais:** A implementação de políticas robustas e abrangentes requer esforços conjuntos dos governos, organizações de saúde e sociedade para superar as barreiras existentes e proporcionar acesso igualitário. Essa abordagem pode assegurar que a oferta de cuidados paliativos não seja um privilégio, mas um direito de todos, contribuindo para um sistema de saúde mais equitativo e humanizado.

Palavras-chave: Saúde; Cuidados Paliativos; Políticas; Benefícios.

Área Temática: Cuidados Paliativos

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas ao acesso aos cuidados paliativos desempenham um papel essencial no desenvolvimento de um sistema de saúde que valorize a qualidade de vida e o cuidado integral do paciente, especialmente em casos de doenças graves e progressivas (Dos Santos; Ferreira; Guirro, 2020). Com o aumento da longevidade e a prevalência de condições crônicas, a demanda por cuidados paliativos tem crescido substancialmente, tornando essencial que os sistemas de saúde estejam preparados para oferecer esse tipo de atendimento de forma equitativa (Hoffmann et al., 2023). No entanto, o acesso ainda é restrito e desigual, afetando principalmente as populações mais vulneráveis e de menor ren

da, o que reforça a importância de políticas públicas que promovam a inclusão e a acessibilidade (De Souza, 2019).

De acordo com Alves *et al.* (2019) a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os cuidados paliativos sejam parte integrante das políticas de saúde pública, reconhecendo-os como um direito humano básico. Em países de baixa e média renda, no entanto, a implementação de políticas de acesso a esses cuidados enfrenta diversos desafios, como a escassez de profissionais capacitados, a limitação de recursos financeiros e a falta de infraestrutura adequada (De Queiroga *et al.*, 2020). Esse cenário evidencia a necessidade de um planejamento estratégico por parte dos governos, com a criação de diretrizes claras, financiamento adequado e ações que promovam a formação continuada de profissionais de saúde na área de cuidados paliativos.

No Brasil, os cuidados paliativos têm avançado de forma gradual, mas ainda enfrentam obstáculos que limitam sua expansão nos serviços públicos de saúde (Rodrigues; Silva; Cabrera, 2022). A oferta desse tipo de atendimento é, em grande parte, restrita a algumas regiões e a instituições privadas, o que impede que muitos pacientes e suas famílias se beneficiem dos cuidados humanizados e acolhedores que caracterizam essa prática. Dessa forma, é urgente que as políticas públicas abordem o tema com prioridade, promovendo o acesso universal e a incorporação dos cuidados paliativos na atenção básica e nos demais níveis de atenção, garantindo que todos os cidadãos tenham direito a um cuidado digno e adequado, independentemente de sua condição socioeconômica.

2 METODOLOGIA

O trabalho é uma revisão bibliográfica, ou seja, revisão de literaturas, onde buscou-se sistematicamente em livros, artigos, teses, revistas e capítulos de livros indexados nas bases de dados: Google Acadêmico, Scielo (Scientific Eletronic Libray Online), BVs – Psi, Google Acadêmico, entre os anos 2019 a 2024, utilizando os descritores: “Cuidados Paliativos; Políticas Públicas; Paliativismo”, após encontrar aplicou-se uma leitura seletiva de cunho mais aprofundada das partes que realmente seriam coerentes para o desenvolvimento do trabalho e as que seriam descartadas por não terem proximidade com o tema desenvolvido, onde nesse processo foram encontrados 65 artigos e apenas 14 foram incluídos no corpo da pesquisa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU RESULTADOS E DISCUSSÕES

As políticas públicas de acesso aos cuidados paliativos representam um importante avanço no reconhecimento dos direitos dos pacientes que enfrentam doenças graves e limitadoras (Boaventura *et al.*, 2019). Com a evolução das diretrizes internacionais, especialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), os cuidados paliativos são considerados essenciais para garantir qualidade de vida e redução de sofrimento de pacientes e seus familiares (Alves *et al.*, 2019). Contudo, ainda existem disparidades significativas no acesso a esses serviços, especialmente em países de baixa e média renda. O desenvolvimento de políticas públicas específicas pode ser um instrumento fundamental

para ampliar a oferta e consolidar os cuidados paliativos nos sistemas de saúde, promovendo a equidade e o cuidado humanizado em todas as etapas da doença (Reis et al., 2024).

No Brasil, os cuidados paliativos têm ganhado atenção crescente, mas ainda carecem de políticas públicas que os integrem de forma abrangente e contínua aos serviços de saúde pública (De Sousa; De Souza; Barbosa, 2024). Atualmente, o acesso a esses cuidados é limitado e desigual, concentrando-se em instituições privadas e em algumas poucas unidades de saúde pública, o que restringe o alcance dos cuidados paliativos para grande parte da população. A implementação de políticas públicas eficazes e coordenadas, com investimento e suporte governamental, é fundamental para garantir que os cuidados paliativos estejam disponíveis desde a atenção primária até as unidades de alta complexidade, permitindo que cada paciente receba o cuidado adequado conforme suas necessidades (Dos Santos et al., 2024).

A inclusão dos cuidados paliativos como parte integrante dos sistemas de saúde exige também uma mudança cultural e organizacional, que valorize o cuidado integral do paciente (Mesquita et al., 2023). Esse modelo de atenção deve contemplar não apenas o tratamento médico, mas também o suporte psicológico, social e espiritual, envolvendo a família como parte ativa do processo de cuidado. No entanto, a criação de políticas públicas nesse sentido enfrenta diversos desafios, como a falta de recursos financeiros, a escassez de profissionais capacitados e a ausência de uma regulamentação robusta que organize e integre os serviços paliativos aos demais níveis de atenção (Orodonho et al., 2021). Esse cenário destaca a importância de parcerias entre os setores público e privado, a sociedade civil e as organizações não governamentais para fortalecer a infraestrutura necessária e garantir a continuidade do cuidado.

Segundo Alves e Oliveira, (2022) existem aspectos essenciais das políticas públicas de cuidados paliativos que é a capacitação dos profissionais de saúde, onde a prática paliativa requer habilidades específicas em comunicação, manejo de sintomas e apoio emocional, competências que muitas vezes não são amplamente abordadas na formação médica tradicional. Já para Totola *et al.*, (2023) nesse contexto, a formação continuada e a inclusão de disciplinas sobre cuidados paliativos nas grades curriculares de cursos da área da saúde são estratégias fundamentais para a consolidação de uma política de cuidados paliativos efetiva. Além disso, a criação de protocolos e diretrizes específicas para a prestação desses serviços nos diferentes níveis de atenção contribui para padronizar e qualificar o atendimento, minimizando as variações na qualidade dos serviços oferecidos (Dutra, 2021).

Em suma, as políticas públicas de acesso aos cuidados paliativos representam uma importante resposta à crescente demanda por um sistema de saúde mais humano e inclusivo (Dos Santos; Ferreira; Guirro, 2020). Ao assegurar a implementação e a expansão desses cuidados, os governos cumprem um papel essencial na promoção do direito à dignidade e à qualidade de vida até o final da vida (De Sousa; De Souza Souto; Barbosa, 2024). Investir em políticas públicas de cuidados paliativos, com enfoque na formação de

profissionais, na criação de unidades especializadas e na integração entre os diferentes níveis de atenção, é fundamental para construir um sistema de saúde que responda de maneira compassiva e eficiente às necessidades dos pacientes e suas famílias, promovendo um cuidado integral, humanizado e equitativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de acesso aos cuidados paliativos são essenciais para garantir que pacientes com doenças graves, progressivas ou em fase terminal recebam atendimento humanizado e focado na qualidade de vida. Em países como o Brasil, onde a demanda por cuidados paliativos cresce devido ao envelhecimento populacional e ao aumento de doenças crônicas, a criação de políticas efetivas torna-se uma prioridade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os cuidados paliativos sejam parte integrante dos sistemas de saúde pública, mas sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. A ausência de infraestrutura adequada, a carência de profissionais qualificados e a falta de financiamento suficiente dificultam o acesso universal a esse tipo de cuidado, especialmente em regiões menos desenvolvidas, onde o suporte aos pacientes é limitado.

No Brasil, embora o tema tenha ganhado espaço em discussões acadêmicas e profissionais, o acesso aos cuidados paliativos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é restrito e desigual. Para garantir que mais pacientes possam se beneficiar desse atendimento, é necessário investir na capacitação de profissionais de saúde e na criação de unidades especializadas em diferentes níveis de atenção. Além disso, políticas públicas de cuidados paliativos devem incluir diretrizes que assegurem o acolhimento integral e multidisciplinar dos pacientes e suas famílias, promovendo um sistema de saúde mais equitativo e acessível. Esse enfoque humanizado fortalece a dignidade dos pacientes, promovendo um cuidado que vai além do tratamento da doença, abrangendo aspectos físicos, emocionais e sociais de forma integral.

REFERÊNCIAS

ALVES, Railda Sabino Fernandes et al. Cuidados paliativos: alternativa para o cuidado essencial no fim da vida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. e185734, 2019.

ALVES, Railda Sabino Fernandes; OLIVEIRA, Francisca Fernanda Barbosa. Cuidados paliativos para profissionais de saúde: avanços e dificuldades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. e238471, 2022.

BOAVENTURA, Jacqueline Resende et al. Participação e controle social no contexto político dos cuidados paliativos no Brasil: uma reflexão teórica. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 9, 2019.

DE QUEIROGA, Vinícius Moreira et al. Cuidados paliativos de idosos no contexto da atenção primária à saúde: uma revisão da literatura. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 6, p. 38821-38832, 2020.

DE SOUSA, Luísa Pedrada; DE SOUZA SOUTO, Laísa; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista.

Processo histórico e políticas públicas relacionados aos cuidados paliativos no Brasil. Seven Editora, p. 554-566, 2024.

DE SOUZA, Juliena Taissa Coelho. Serviço Social e Cuidados Paliativos: Um relato de experiência a respeito do entrave ao acesso a direitos sociais. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

DOS SANTOS, A. F.; FERREIRA, E. A.; GUIRRO, Ú. D. Atlas dos cuidados paliativos no Brasil 2019. **São Paulo: Academia Nacional de Cuidados Paliativos**, 2020

HOFFMANN, Maria Cristina et al. CUIDADOS PALIATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: aspectos conceituais e históricos. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 9, n. 2, p. 473-489, 2023

DOS SANTOS, Isabella Peixoto et al. FINITUDE E BIOÉTICA NO FIM DA VIDA: DESAFIOS ÉTICOS E CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS NO CUIDADO DE PACIENTES TERMINAIS. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 81-94, 2024.

MESQUITA, Maria Gefé da Rosa et al. Comunidade compassiva de favela: ampliando o acesso aos cuidados paliativos no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 57, p. e20220432, 2023.

ORDONHO, Laura Comeli et al. Os desafios dos cuidados paliativos na atenção primária à saúde. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 36, p. e8837-e8837, 2021.

REIS, Dara Luiza et al. IMPACTOS DOS CUIDADOS PALIATIVOS NA REDUÇÃO DE HOSPITALIZAÇÃO NÃO PLANEJADA. **Revista Cedigma**, v. 1, n. 1, p. 44-52, 2024.

RODRIGUES, Luis Fernando; SILVA, João Felipe Marques da; CABRERA, Marcos. Cuidados paliativos: percurso na atenção básica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00130222, 2022.

TOTOLA, Leonardo Tedesco et al. A importância da capacitação dos profissionais de saúde na implementação dos cuidados paliativos em unidades de terapia intensiva. **Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 15, n. 2, 2023.